

AS METAMORFOSES DO MST: da proposta de modernização ao camponês agroecológico

Yan Leal Da Silva

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Ana Paula Glinfskoi Thé

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

RESUMO

Neste artigo busco investigar como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) incorporou a agroecologia como parte de seu projeto de Reforma Agrária Popular. Para chegar a uma posição, o ensaio sustenta que entre 1986-1995 o MST apresenta uma estratégia teórica de organização fundamentada na tríade: Cooperativas Coletivistas, Trabalho Coletivo e Agroindústrias. Em uma segunda conformação 1996-2005, temos a tríade: Cooperativas de Créditos, Trabalho Familiar e Agricultura Familiar. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental foi realizado o debate com alguns dos principais autores que interpretaram a questão. O trabalho argumenta que a incorporação da agroecologia como horizonte para os acampamentos e assentamentos da reforma agrária dialoga com a lógica simbólica do trabalho da terra de alguns grupos camponeses no MST.
Palavras-chave: Campesinato. Agroecologia. MST.

THE METAMORPHOSES OF THE MST: from the proposal of modernization to the agroecological peasant

ABSTRACT

Through this article I seek to investigate how the MST incorporated agroecology as part of its Popular Agrarian Reform project. To reach a position, the essay upholds that between 1986-1995 the MST presents a theoretical strategy of organization based on the triad: Collectivist Cooperatives, Collective Work and Agroindustries. In a second conformation 1996-2005, we have the triad: Credit Cooperatives, Family Work and Family Farming. By the use of bibliographic review and document analysis, a debate was held with some of the main authors who interpreted the question. The paper argues that the incorporation of agroecology as a horizon for the agrarian reform camps and settlements dialogues with the symbolic logic of the land work of some peasant groups in the MST.
Keywords: Peasantry. Agroecology. MST.

Recebido em: 28/10/2022

Aceito em: 01/11/2022

INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho que apresentamos está baseada em pesquisa bibliográfica sobre o tema, para a construção da tese de doutorado. O texto é um ensaio teórico que busca compreender a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como questão central as mudanças e contradições nas diferentes conjunturas que o movimento enfrentou. Dentre o leque de questões suscitadas por esse processo, quero focalizar como o MST incorporou a agroecologia em sua dimensão estratégica.

Nosso objetivo, portanto, é refletir sobre como o MST incorporou a agroecologia como parte de seu projeto de Reforma Agrária Popular. Para chegar a essa compreensão, trataremos de indicar as principais transformações que o MST atravessou ao longo de sua formação social, partindo de alguns elementos que nos possibilitam afirmar tais mudanças, para então discutir teoricamente as características que orientaram cada fase histórica do MST, tentando extrair quais questões cada momento histórico configura.

O tema tem sua origem na relação que estabeleço com meus avós desde a participação deles na ocupação do MST na Fazenda Dom Orione (1997) e minha atuação na construção coletiva de atividades junto a algumas regionais do MST no Estado de Minas Gerais. Nesse contexto, participei de diversos cursos de formação política desde 2010, ano que iniciei minha caminhada como militante social, isto é, momento em que não apenas reconheci o compromisso que significa assumir *para si* os valores de uma determinada classe, mas passei também a orientar algumas ações na direção de um projeto de transformação social, participando de um partido político, acompanhando seus debates, princípios, contradições e resoluções congressuais.

A perspectiva mais geral que pretendo desenvolver nesse trabalho é a de que a viragem estratégica empreendida pelo MST a partir dos anos 1996, período em que a agroecologia começa a avançar no movimento, implicou na ampliação do entendimento do campesinato enquanto classe. Esse processo se explica por mudanças econômicas e conjunturais que afetam a direção política do MST. De forma resumida, interpreto na sequência que entre 1986-1995 o MST apresenta uma estratégia teórica de organização fundamentada na tríade: Cooperativas Coletivistas, Trabalho Coletivo e Agroindústrias. Em uma segunda conformação 1996-2005, temos a tríade: Cooperativas de Créditos, Trabalho Familiar e Agricultura Familiar.

O MST em seu Programa de Reforma Agrária Popular considera a problemática ambiental como parte das contradições do capitalismo. Essa articulação leva a defesa de uma matriz produtiva de base ecológica em consonância com o “combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês” (MST, 2014, p. 51). Tal afirmação articula a crítica do contraditório desenvolvimento capitalista com as consequências da crise ambiental (enquanto parte da lógica destrutiva da produção capitalista). Essa articulação constitui um dos elementos centrais da agroecologia enquanto estratégia de organização política no MST.

Em face dessa constatação, o trabalho defende como acertada a viragem do MST para a agroecologia enquanto estratégia de produção agrícola. Concebemos como acerto tendo como parâmetro a concepção modernizante que vigorava no período anterior. Porém, indicamos alguns dos elementos e problematizações que estiveram presente na trajetória do MST até a agroecologia, como a questão da coletivização da produção agrícola, uma das questões significativas colocadas como impasse também no período seguinte. Por fim, indicamos que a incorporação da agroecologia no seio do MST está diretamente relacionada com a atualidade da questão camponesa no século XXI.

Como recurso analítico, dividimos o texto em três momentos: [1] Em um primeiro momento ressalto o significado do nascimento do MST no bojo das contradições da chamada modernização conservadora; [2] Em um segundo momento tendo como recorte as fases [1986-1995] e depois [1996-2005] tento indicar as principais questões que gravitam em torno da incorporação da agroecologia como parte constitutiva do Projeto de Reforma Agrária Popular. Fundamentalmente, apresenta-se um esforço de síntese de alguns dos intérpretes da questão. Entretanto, o debate não se pautará por mera apresentação das ideias, mas também no nosso posicionamento face à posição dos intérpretes.

1. A FORMAÇÃO CAMPONESA NA LUTA PELA TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reivindica em sua história outras lutas sociais travadas no mundo rural brasileiro. Em sua formação social, o MST é fruto de um processo histórico anterior a sua constituição; trata-se da formação camponesa na luta pela terra, à qual faremos aqui uma breve alusão.

O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, em seu livro *A Formação do MST no Brasil* (2000), destaca momentos históricos importantes da formação camponesa na luta pela terra, tais

como: a luta dos povos indígenas e dos escravizados contra o cativoiro, a Guerra do Contestado e de Canudos, as Ligas Camponesas e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Os movimentos messiânicos e a criação de organizações dos trabalhadores do campo se inserem em um contexto de lutas sociais que surgiam em resposta às contradições do capitalismo dependente latino-americano. Ambos os movimentos, com suas particularidades, mereceriam uma descrição rigorosa e um olhar atento (MEDEIROS, 1989).

O que viria a ser conhecido como MST é parte das organizações sociais que se insurgiram contra um modelo agrário de bases coloniais, estruturado pelo latifúndio, monoculturas e exportação. Como demonstra José de Sousa Martins, em seu clássico *Os Camponeses e a Política no Brasil*:

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizam as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo (MARTINS, 1981, p. 61).

A história do MST é também parte das contradições vividas por esses movimentos que o antecederam. Ela se insere dentro das contradições do que foi chamado de *modernização conservadora* (STEDILE e FERNANDES, 2012). Também conhecida como modernização dolorosa, a modernização conservadora é um processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, nos anos 1970, que modernizou as tecnologias e reforçou a concentração da propriedade (GRAZIANO, 1982). Um processo contraditório que acreditava no desenvolvimento capitalista estruturado pelo latifúndio e que se engendrou por meio da expropriação camponesa e na subordinação dos meios de vida e do trabalho ao capital (MARX, 2013).

Na década de 1970, os governos militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade. Esse sistema, financiou a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, criando a dependência do trabalho agropastoril aos insumos industriais (FERNANDES, 2000). Tal modelo baseava-se em monocultivos agrícolas, principalmente soja e cana-de-açúcar, o que intensificou a mecanização da agricultura promovendo uma radical transformação no campo brasileiro (FERNANDES, 1999).

A adoção dos pacotes tecnológicos e a concentração de investimentos governamentais, aliada à proliferação de grilagem de terras e estabelecimento de grandes latifúndios foi o modelo de desenvolvimento agrícola no período da ditadura militar. Como parte do processo de acumulação de capital à *modernização conservadora* implicou em um êxodo rural intenso nas décadas seguintes à de 1970. Na segunda metade do século XX, o modelo de desenvolvimento agropecuário implantado pelos governos militares, ao mesmo tempo que promoveu o crescimento econômico da agricultura, concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas (MARTINE, 1987), o que gerou uma inversão demográfica com esvaziamento populacional das zonas rurais, e rápido crescimento dos centros urbanos.

Mesmo com forte repressão às organizações camponesas no período militar (1964-1985), a luta pela terra teimosamente continuou em território nacional. Um fator elementar para as lutas no campo no período de formação do MST foi a participação da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT, de 1975). A CPT foi uma articuladora que, durante o regime militar, se organizou por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), criando espaços de socialização política que fortaleceram a luta dos trabalhadores rurais Sem Terra.

A Igreja Católica vinha passando por mudanças significativas, o que proporcionava o envolvimento de religiosos com os trabalhadores. Essas mudanças eram resultado da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia (1968), e um conjunto de outros movimentos que, por meio da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, defendiam não apenas espaços de reflexão teológica, mas que a partir dessa reflexão fosse possível intervir na realidade (MENEZES-NETO, 2012).

As lutas camponesas nasceram nas contradições da modernização conservadora, e ao longo da história da questão agrária brasileira o surgimento da CPT e do MST demonstraram os limites desse projeto capitalista de desenvolvimento para o campo. Em razão disso, a cartilha comemorativa dos 20 anos do MST reconhecia em sua história aquilo que Darcy Ribeiro chamou outrora de “as dores do parto”. Como demonstra o trecho da cartilha:

Só existimos hoje porque, antes de nós, o povo brasileiro realizou outras formas de organização e de luta por justiça no meio rural. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela conquista da liberdade, quando fugiam e constituíam os quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses, com alguns deles se transformando em verdadeiras epopeias, como Canudos, Contestado e Caldeirão. E muitos outros, não registrados pela história oficial da classe dominante: houve, com certeza, muitas lutas nos cafezais, nos canaviais, nos engenhos, e por

esse sertão afora. Somos herdeiros da experiência de organização classista dos camponeses, que construíram muitas organizações nacionais a partir da década de 1950, e depois massacrados pela ditadura militar, como [...] as Ligas Camponesas, o Master. Somos frutos de muitas reflexões. Somos frutos da teorização de muitas experiências de lutas que nos antecederam, dos movimentos camponeses do Brasil ou de movimentos camponeses da América Latina (MST, 2004, p.45-46).

A gênese do MST ocorre na encruzilhada que significava lutar pela terra, criando formas coletivas de resistência à expropriação e ao modelo de desenvolvimento agrícola do período militar propostos pela modernização conservadora (STEDILE e FERNANDES, 2012; FERNANDES, 1999). É preciso lembrar que o avanço da fronteira agrícola, no período militar, avançou de modo sem precedentes na história brasileira. Esse avanço fortaleceu a concentração e o monopólio da terra, criando contradições e abismos sociais que marcam o campo brasileiro. É no bojo dessas contradições que a CPT cumpre um papel fundamental. Nesse primeiro momento, MST e CPT estavam muito articulados – uma conjunção que não era vista como dissociada.

O movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação Macali, no Rio Grande do Sul. Mas, houve outras ações dos trabalhadores Sem Terra em: Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, que foram decisivas para formação do Movimento. Como ressalta Fernandes (2000), não podemos localizar em uma ocupação de terra ou em outra a gênese do MST, uma vez que se trata de: “um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de quatro anos” (FERNANDES, 2000, p. 50).

A encruzilhada Natalino é um dos primeiros acampamentos realizados pelos trabalhadores rurais Sem Terra em 1980, e teve um papel fundamental. Trata-se de um processo de territorialização que começou com 50 famílias, e após dois meses chegou a 600 famílias, chegando a reunir mais de 3 mil pessoas organizadas em barracos feitos com lona, capim, madeira e sacos de cimento. Nos processos de luta pela terra, ocupar é uma forma de transformação da realidade. Quando os Sem Terra decidem ocupar uma área, estão reagindo a um modelo político que não os possibilita ter a terra e o trabalho para reproduzirem sua existência e viver com dignidade junto aos seus familiares.

Um marco histórico para o MST foi o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em 1985 no estado do Paraná, entre os dias 29 e 31 de janeiro. O tema desse congresso representa um dos princípios fundadores do movimento, que o acompanha até hoje. O congresso traz a insígnia: *terra para quem nela trabalha*. Esse me parece um valor que pode ser

compreendido como um *ethos* que mobiliza as ações das pessoas que constituem o movimento desde sua origem até os dias atuais.

2. MST, AGROECOLOGIA E CAMPESINATO

Para o entendimento da trajetória do MST até a agroecologia como matriz produtiva e estratégia política, dentro do recorte que proponho é preciso recuperar as formulações dos Cadernos de Formação e suas matrizes teóricas. Ao longo dos seus 37 anos de atuação o MST publicou 55 Cadernos de Formação. Os Cadernos de Formação são o resultado de discussões internas feitas nas instâncias regionais, estaduais e nacionais junto aos Núcleos de Base. Em termos gerais os documentos buscam apresentar uma perspectiva coletiva do MST reafirmando o compromisso com a luta pela terra e com a transformação social. Os Cadernos servem também para a formação das pessoas nos espaços de assentamentos e acampamentos.

Os cadernos de formação são a sistematização das principais ideias e teorias que orientam a estratégia política do MST. Do ponto de vista da estratégia de uma organização da classe trabalhadora brasileira ele é a expressão de uma força material que ganha uma direção política a partir de ideias que são importantes para classe trabalhadora em determinado ciclo histórico (FIGUEIREDO, 2015).

A leitura do *Cadernos de Formação nº11* me pareceu emblemática, pois ela marcava uma opção pela modernização da agricultura. Posso citar resumidamente dois dos elementos gerais da teoria da organização presente no referido caderno (MST, 1986): [1] “a necessidade de fazer uma transição da produção de subsistência para a produção de mercadorias”; [2] “estabelecer uma transição do camponês artesão para o operário rural” (BERNARDO, 2012a, s/p). Duas concepções que entendiam que a produção camponesa poderia ser organizada em cooperativas produtivistas, com o objetivo de inserir esta produção no circuito mercantil. Essa proposta inicial, segundo Rosemeire Scopinho (2007, p. 89), criava no movimento verdadeiras “ilhas socialistas”. Porém, indicava a transformação do campesinato, que precisaria passar por uma transição para proletário rural de consciência operária (FREDERICO, 1979).

Ao definir o camponês como artesão da agricultura, o *Caderno de Formação nº 11* deixa nas entrelinhas sua opção pela transformação do campesinato em assalariado rural – ou o que o texto

concebe como sendo o “operariado rural” (cf. MST, 1986, p. 12-26). Vejamos a noção política de campesinato do Prof. Clodomir Moraes¹ publicada nos *Cadernos de Formação nº11*:

A estrutura do processo produtivo, em que está envolvido o camponês, determina muito de suas atitudes sociais e traços de seus comportamentos ideológicos no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação (sindical, cooperativa, etc.) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais (MST, 1986-87, p. 13).

O campesinato, nessa concepção, ou será arrastado por uma outra classe, ou terá que se transformar em um assalariado-operário rural. A proposta de Clodomir Moraes (1986) é influenciada por autores da questão agrária clássica, como o evolucionista Karl Kautsky (1968).

Ao comentar o *Cadernos de Formação nº 11* o antropólogo João Augusto Neto (2015), indica que a proposta de Clodomir Moraes não considera uma dimensão fundamental da racionalidade camponesa notada por Chayanov: o fato de serem sistemas econômicos não capitalistas (CHAYANOV, 1981). Ao desconsiderar essa dimensão Clodomir de Moraes acabaria por reproduzir a noção dos camponeses como “categoria objeto”, nos termos de Bourdieu (1977).

Como veremos adiante, o MST interditou essa estratégia. E para leitura que proponho é pertinente questionar o que faz o movimento modificar essa perspectiva. A esse respeito o texto de João Bernardo aponta como causa da modificação: o fato da base social do MST rejeitar as orientações que vinham da direção (BERNARDO, 2012b, s/p). Zander Navarro no estudo realizado em 1995, interpreta que a proposta de coletivização produtiva implementada pelo MST se baseia mais em projetos ideológicos, do que nas necessidades dos próprios assentados. Para além disso, nossa interpretação nos leva a argumentar que se trata de uma articulação equivocada entre o movimento da história e a formação social específica sob as contradições da ordem capitalista.

Nos idos de 1993, em Porto Alegre, o MST inicia uma virada estratégica. O movimento inicia em três assentamentos no Rio Grande do Sul experiências de produção agrícola de base ecológica (BARCELLOS, 2010). Essas experiências traziam para o movimento a preocupação com a questão ambiental e os critérios de sustentabilidade. Não se tratava mais de apenas ocupar terras e

¹ Clodomir Santos de Moraes foi um sociólogo brasileiro, militante das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro, e atuou como consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – em projetos de desenvolvimento rural em países da América Latina ao longo dos anos 1970.

desenvolver cooperativas nos assentamentos, mas de também produzir comida, não mais com o horizonte de uma modernização agrícola que transforma alimentos em mercadorias a serem incorporados no circuito mercantil sem critérios ecológicos.

O III Congresso Nacional do MST (1995) tem como tema central: *Reforma Agrária: uma luta de todos*; foi um marco para a incorporação da agroecologia como bandeira de luta, porque o movimento tinha como horizonte a produção de alimentos saudáveis, principalmente na relação desse alimento com às áreas urbanas. Isso implicou na relativização da inserção em circuitos mercantis e um crescimento no acesso à canais curtos de comercialização. Ao descrever o III Congresso Nacional, a página oficial do MST traz como marco do congresso:

Naquele momento, o Movimento já havia compreendido que a Reforma Agrária não era uma luta para beneficiar apenas os camponeses, mas uma forma de também melhorar a vida dos que vivem nas cidades, com a redução do inchaço urbano e, principalmente, com a produção de alimentos saudáveis e acessíveis aos trabalhadores (MST, 2020, s/p).

Em 1996, o MST se integra à Via Campesina, fortalecendo a agroecologia como parte de seu projeto político. O fim do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária – (PROCERA/ 1986) e sua substituição pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF/ 1995) já colocara em questão a opção do estado por um modelo agrícola que prima por uma política de crédito para a agricultura familiar, e que interdita uma política, embora contraditória, para a Reforma Agrária. É importante destacar que isso trouxe modificações para o MST, já naquele período. Antes do governo Lula, o MST realizara seu *Primeiro Congresso da Juventude Rural* (2000). Esse congresso já trazia o entendimento de que era preciso: “investir na agroecologia, lutar por linhas de crédito com juros diferenciados, subsídios e rebote no capital para a agroecologia” (MST, 2000, s/p).

A geógrafa Rosemeire de Almeida (2000) analisa essa mudança do PROCERA para o PRONAF como uma manobra política. Embora seja crítica ao PROCERA, na interpretação da autora tal programa significava uma conquista social. Ao analisar a mudança, Almeida indica que:

Essa manobra política de anexação dos assentados ao Pronaf, aliada a uma indisfarçável intenção de emancipar precocemente os assentamentos, parece ser a nova ofensiva do governo para inviabilizar o modelo de desenvolvimento conquistado pelo MST, o que significa um reforço àqueles que intelectualmente defendem a grande propriedade como recurso viável (ALMEIDA, 2000, p. 83).

A proposta de cooperativas coletivistas de orientação ídeo-teórica leninista foi deixada, na medida em que a estratégia do MST se modificou, durante o governo FHC². O trabalho de Fernanda Thomaz (2009) demonstrou que a noção de cooperativas, presentes na primeira fase (1984-1995), já não era mais hegemônica no MST (THOMÁZ, 2009; MST, 1999). O Programa de Créditos para a Agricultura Familiar, ainda muito tímido no então governo FHC, funde-se bem com uma estratégia produtiva de base familiar. Essa mudança trouxe para dentro do MST outras perspectivas e formas de análise das questões e dilemas do mundo rural. Passa-se a focar temas como a solidariedade, as lutas por justiça social e a crítica à exploração da natureza.

A mudança de estratégia do MST dentro do recorte aqui tratado provocou diferentes interpretações entre os críticos dessa mudança. Um dos caminhos já trabalhados pela literatura são os limites que a incorporação aos interesses de estado coloca para o movimento. Para o historiador João Bernardo (2012c) a interdição da proposta das cooperativas coletivistas (1986-1995) consolidou uma domesticação do caráter revolucionário do MST. O historiador associa essa perda de um caráter revolucionário ao fato de o MST ter modificado radicalmente sua orientação em relação à primeira fase (1986-1995); ou seja, ter incorporado como parte de seu programa agrário a agroecologia, a soberania e segurança alimentar e nutricional, e uma perspectiva mais cultural do campesinato (BERNARDO, 2012c).

Seguindo uma linha de raciocínio diferente, Ana Elisa Corrêa (2018) busca equacionar a trajetória do MST no que ela identifica como momento de crises: crise das experiências dos processos modernizadores nos países socialistas e a crise da luta radical na periferia capitalista. A autora argumenta que o momento mais alto que as metamorfoses do MST assumiu foi a adequação da luta pela terra aos interesses do capital, tendo como recorte analítico o projeto neodesenvolvimentista do PT. Nessa perspectiva, o problema da viragem estratégica estaria na substituição da proposta inicial de ocupação de terras por uma estratégia de “desenvolvimento dos assentamentos em parceria com o governo e empresários rurais” (CORRÊA, 2015, p. 2).

² Durante o governo de FHC ocorreram dois dos grandes massacres em conflitos de terra no Brasil. Em 1995 o massacre de Corumbiara, onde 300 policiais invadiram um acampamento deixando nove Sem Terras mortos, incluindo uma criança de sete anos; dois policiais também foram mortos durante o conflito. Além de Corumbiara, em 1996 os trabalhadores rurais Sem Terra se colocaram em luta no que ficou conhecido como o massacre de Eldorado dos Carajás. Enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso fazia um brinde de saquê na inauguração da segunda unidade da Cenibra, na mineira Belo Oriente, 19 trabalhadores Sem Terra eram assassinados e outros 56 feridos.

Sob o prisma marxista, a socióloga identifica essa estratégia como errônea, pois parte do pressuposto da impossibilidade de qualquer estratégia de desenvolvimento dentro do capital, seja ele de caráter liberal, ou na sua forma de *neodesenvolvimento*; em sua concepção, o desenvolvimento e o progresso no regime do capital estariam interditados, pois não haveria mais possibilidades de um caráter civilizador do capitalismo, em um tempo que a autora caracteriza como de “generalização da barbárie” (CORRÊA, 2015, p. 2-3).

Roberta Traspadini (2016) que também problematiza essa relação entre o MST e o estado segue um caminho diferente. Para a autora, a questão não estaria na incorporação de uma matriz ecológica como matriz produtiva. A autora sustenta que essa mudança estratégica encontrou uma “nova” forma de desenvolvimentismo (principalmente durante os governos do PT) que implicou em processos de institucionalização (TRASPADINI, 2016, p.196). A institucionalização é um processo complexo em que precisa ser considerado a burocratização e a cooptação no interior das estratégias da militância (IASI, 2017). Seguir esse caminho significa assumir como questão a cooptação da direção, e das pautas do movimento, pelo estado (TRASPADINI, 2016).

Em face dessas interpretações, argumento que a incorporação da agroecologia como horizonte para os acampamentos e assentamentos da reforma agrária dialoga com a lógica simbólica do trabalho da terra de alguns grupos camponeses no MST, e constituiu um avanço alternativo em relação à concepção modernizante do período anterior. A questão é que o *trabalho coletivo*, colocado como problema na primeira fase (1986-1995), não foi resolvido com a mudança de estratégia que o MST adotou nos anos seguintes. As mudanças de estratégia recolocam questões para o MST, nesse processo, há também modificações dos sujeitos que no interior de um corpo social possuem mecanismos seletivos que possibilitam aceitar ou rejeitar a intrusão de fatores estranhos a sua herança cultural (CANDIDO, 1997; HOLANDA, 2017).

Analisando as metamorfoses do campesinato no MST é importante notar as dificuldades de aceitação da proposta de coletivização produtiva dos assentamentos no MST. Como demonstrou a tese de Antônio Cazella (1992), dentro de um assentamento atuam grupos diversos e com mediações políticas distintas do que prioritariamente o MST. A questão ainda para o autor ao analisar o Assentamento 30 de Outubro (SC) estaria no impasse entre práticas agrícolas cooperadas e a produção agrícola em unidades familiares enquanto unidades produtivas. A pesquisa demonstra uma rejeição das práticas agrícolas coletivistas não apenas pelos diferentes grupos que compõem o assentamento,

mas pela maioria da organização social que compõem o campo político em disputas. Na realidade estudada pelo autor, existe uma tendência de adequação do trabalho familiar enquanto unidades produtivas em detrimento da produção coletivizada (CAZELLA, 1992).

Na minha perspectiva investigar a incorporação da agroecologia como projeto de Reforma Agrária Popular e matriz produtiva alternativa ao agronegócio pressupõem considerar por um lado as transformações no interior do corpo social do próprio campesinato, e também as mudanças estratégicas que o MST realiza ao encontrar diferentes conjunturas, mas também no aprendizado que vai acumulando nas relações que tece com sua base social. A estratégia nem sempre encontra bases reais, pois ela se insere em um campo contraditório de correlação de forças. Em uma investigação radical, isto é, que busque atingir a base do problema é preciso considerar também a diversidade que compõem o Campesinato Brasileiro.

Dentro da diversidade que compõem o campesinato brasileiro a questão que está colocada para o MST é a de como lidar com essa complexidade. O ponto de partida dessa questão pode ser assim equacionado: existiria alguma ligação entre a posição em que se encontra os diferentes sujeitos, a posição em que se encontram no seio das relações sociais de produção ou de uma ordem “econômica”, e uma determinada forma estratégica de visão de mundo que poderia levar a uma ação política e a meta almejada?

Uma simples resposta a essa questão pode não ser satisfatória. Dizer que sim, pode significar que concordamos com Weber (1979), em classes como situações partilhadas por certo número de pessoas que serviriam de base para emergência de “interesses comuns”, ações comunitárias “orientadas pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo”, ou ainda como um “ajustamento de interesses racionalmente motivado” (WEBER, 1979, p.212-215). Neste sentido, uma ação motivada por interesses econômicos, no caso em questão entendidas como posição face à produção agrícolas cooperadas, é uma possibilidade, mas jamais “um fenômeno universal”. Como observado, em Weber a consciência de classe pode ser “entendida como a visão de mundo que orienta eticamente o agir da classe”, e não necessariamente a expressão do movimento contraditório da própria classe (IASI, 2006, p.27).

Por outro lado, afirmar a relação entre a situação de classe diante de certas relações sociais de produção e uma ação política orientada na perspectiva da transformação da sociedade, pode significar como em Marx, a possibilidade da constituição de um sujeito histórico capaz de representar

por meio de sua consciência particular caminhos para emancipação por meio de uma ordem social diferente da ordem atual (MARX, 1993, p.90). Essa possibilidade de ação não deriva apenas da capacidade de compreensão intelectual e da intencionalidade dos sujeitos individuais – embora, esse seja um dos muitos fatores que constituem esse processo – ele está condicionado pela dinâmica contraditória entre os aspectos objetivos e subjetivos da luta de classes (MARX, 1976).

A despeito da perspectiva de Marx e a de Weber serem praticamente opostas, tais autores não negam a possibilidade das classes sociais constituírem bases reais para a conformação de ações coletivas (LAZARETTI, 2007). Na leitura de Weber, uma ação coletiva deriva de uma dinâmica de “interesses” baseado no indivíduo enquanto sujeito da ação social, ao passo que para Marx essa ação deriva das contradições históricas, da luta entre as classes, e na concepção de um sujeito coletivo concebido de forma diferente do indivíduo (IASI, 2006, p.28).

Em termos de problematização teórica o trabalho indica que são questões nucleantes do debate entre MST e Agroecologia como estratégia política: (i) as metamorfoses do MST e sua incorporação à agroecologia reposicionam a questão camponesa, (ii) as críticas dos limites de uma estratégia sucumbida a uma razão de estado não é suficiente para explicar a tendência do trabalho familiar enquanto unidades produtivas em detrimento da produção coletivizada (iii) o campesinato no MST não se explica apenas pelos seus depoimentos ou pela sua posição no seio das relações sociais de produção, porque ele é processo, ele se constitui em processo de experiência e luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O VI Congresso Nacional do MST traz como lema: *Lutar, Construir Reforma Agrária Popular* (2014). O *Programa Agrário de Reforma Agrária Popular*, que é fruto desse congresso, indica como um de seus princípios organizativos a produção de alimentos saudáveis, sem perder a crítica ao latifúndio e a suas contradições; vejamos:

Construir a Reforma Agrária Popular no combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês, burocrata e corrupto. Mas também, construir com experiências de produção agroecológica, e na prioridade da produção de alimentos saudáveis. Construir reflorestando, plantando árvores frutíferas, recuperando o meio ambiente para toda sociedade. Construir, garantindo escolas em todos os níveis para nossas crianças, jovens e adultos. Construir formando cada vez mais quadros e militantes (MST, 2014, p. 51).

As transformações na conjuntura trouxeram também mudanças internas para o MST. Os críticos passaram a indicar que a reforma agrária, nos moldes clássicos, foi abandonada; e que, como indicaram os dissidentes, em 2011 (no que ficou conhecido como *Carta dos 51*): “[...] como opção de enfrentamento a esta realidade (realidade em que avança o agronegócio), o MST, contraditoriamente, segue idealizando o “camponês autônomo” e os “territórios livres” (CARTA DOS 51, 2011, p. 5).

Retornamos à questão camponesa e a todo o debate que esta questão aciona. Defendemos que a estratégia de organização no campo modificada da primeira fase (1986-1995) para a segunda (1996-2005) foi mais acertada do que a concepção modernizante do campesinato contida na primeira fase. Pois, aqui, não temos a perspectiva de que o campesinato é um ser em vias de extinção. A seiva que nutre os críticos é a primazia de um sujeito modernizador que inexoravelmente precisava se proletarizar. Um sujeito histórico condenado a ser arrastado por forças de uma classe externa – como se ele não fosse portador da capacidade política de um projeto autônomo.

A agroecologia como um projeto de reforma agrária popular trouxe para o MST um elemento fundamental: a problemática ambiental como parte das contradições do capitalismo. Como demonstrado por alguns autores de orientação marxista, a ideia de uma equação automática entre progresso social e progresso tecnológico desconsidera algo fundamental na obra de Marx: o caráter destrutivo do capitalismo (MARX; ENGELS, 2007, p. 41; MARX, 2013, p. 703; LÖWY, 2004). Como interpreto, a agroecologia, na perspectiva do MST, seria uma contraposição ao agronegócio, que além de ser um modelo que concentra a propriedade e produz *commodities*, é também a raiz da “crise estrutural” (relativa à lógica interna do capitalismo), por um lado, e crise ambiental (consequência do “crescimento” irracional), por outro (Cf. MÉSZÁROS, 2009, p. 79).

O campesinato assume um papel fundamental diante dessa crise, pois possui estratégias de vida, lógicas simbólicas de trabalho da terra que o possibilitam coexistir com o ambiente natural sem o esgotamento daquilo de que a vida se nutre: terra e água. Desse modo, desconsiderar que o desenvolvimento das forças produtivas se choca hoje – muito mais do que antes – com o esgotamento do ambiente natural causado pelo modelo de desenvolvimento urbano industrial capitalista, nos parece um engodo. Como registrado anteriormente, os caminhos de um ecologismo se faz necessário porque o capitalismo atual traz para as áreas rurais e os centros urbanos aspectos destrutivos do processo de acumulação e expropriação (SILVA, NUNES, THÉ, 2021). Do contrário, corremos o

risco de acreditar em uma gestão racional do aparato destrutivo produzido pelo capital. É exatamente nessa querela que interpretaremos a pertinência da agroecologia para o MST, como Projeto de Reforma Agrária Popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. PROCERA versus PRONAF: Vejo o futuro repetir o passado. **Geografia**. Londrina, v. 09, n.1, p. 83-87, jan/jun 2000.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado CPDA) Universidade Federal Rural do Rio Janeiro (UFRRJ), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Rio de Janeiro, 2010.

BERNARDO, João. **MST e Agroecologia: uma mutação decisiva – 1 (1984-1995)**. 2012a Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/03/53997/>. Acesso em: 15 out. 2020.

BERNARDO, João. **MST e Agroecologia: uma mutação decisiva – 2 (1995-2012)**. 2012b. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/03/54051/>. Acesso em: 15 out. 2020.

BERNARDO, João. **MST e Agroecologia: uma mutação decisiva – 3 (hoje)**. 2012c. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/04/54095/>. Acesso em: 18 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. *In: Actes de la recherche en sciences sociales. La paysannerie, une classe objet*, vol. 17-18, p. 2-5. nov. 1977. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1977_num_17_1_2572. Acesso em 14, nov. 2020.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. 8ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

CARTA DOS 51. Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. 2011. Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/11/48866/>. Acesso em: 18 out. 2020.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). **Caderno de Cooperação Agrícola**, nº8. 1999.

CAZELLA, Ademir Antonio. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do assentamento 30 de outubro-SC**. 1992. Tese (Doutorado CPDA). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Rio de Janeiro. 1992.

CHAYANOV, Aleksander. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. *In*: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A Questão Agrária**: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanoy e Stalin. São Paulo: Ed. Brasiliense.1981. 133-63p.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. O MST e a Frente de Esquerda: (neo)desenvolvimentismo em tempos de crise. *In*: **VIII Colóquio Internacional Marx Engels**, 2015, Campinas. ANAIS do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: Centro de Estudos Marxistas - Unicamp, 2015. v. 1. 1-10p.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. **Crise da modernização e gestão da barbárie**: a trajetória do MST e os limites da questão agrária. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação social do MST no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

FIGUEIREDO, Isabel Mansur. Espelho convexo: caminhos e descaminhos da Estratégia Democrática e Popular no Brasil. VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, 23 nov. 2015. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Isabel%20Mansur%2010580.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

FREDERICO, Celso. Cap1. Do espontaneísmo à Consciência Política. *In*: _____. **Consciência operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1979. 38-45p.

GRAZIANO, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

HOLANDA, Sergio Buarque de. “A cera e o mel”; “Iguarias de bugre”; “Caça e pesca”. *In*: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª edição, 2017. 53-90p.

IASI, Mauro. Caminhando para todos os lados do finito. *In*: _____. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entra a negação e o consentimento). São Paulo: Expressão Popular, 2006. 23-71p.

KAUTSKY, Karl. Introdução. *In*: **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 21-31p.

KAUTSKY, Karl. O camponês e a indústria; A proletarização do campesinato. *In*: _____. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 182-211p.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade.** 2007. Tese (em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB). 2007.

LÖWY, Michael. Marx, Engels e a ecologia. **Margem Esquerda** – Ensaio Marxistas, São Paulo, n. 3, 2004. 90-103p.

MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. *In:* MARTINE; GARCIA (orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Editora Caetés, 1987, 59-79p.

MARTINS, José de Souza. Capítulo I: Os camponeses e a política no Brasil. *In:* _____. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1981, 21-102p.

MARX, Karl. A questão judaica [1843]. *In:* _____. **Manuscritos Econômicos e filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1993. 90-102p.

MARX, Karl. Maquinaria e Grande Industria – Grande Industria e Agricultura. *In:* _____. **O capital: contribuição à crítica da economia política – Livro 1: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo. 2013. 548-703p.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. *In:* **O capital: contribuição à crítica da economia política – Livro 1: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013. 959-1014p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** Lisboa, Portugal: Martins-Fontes; Presença, v. 1 e 2. 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Karl Marx Friedrich Engels – Feuerbach e História: Rascunhos e Anotações. *In:* **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo editorial, 2007. 29-78p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENEZES NETO, Antonio Julio. **A ética da teologia da libertação e o espírito do socialismo no MST.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MÉSZÁROS, István. Capitalismo y destrucción ecológica. *In:* **La crisis estructural del capital.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para La Comunicación, 2009. 79-83p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº11.** Elementos sobre a teoria da Organização no Campo. Clodomir Santos de Moraes. 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2000, n. 203, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cartilha de estudo comemorativa dos 20 anos**, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!** VI Congresso Nacional do MST, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa História. 1994-95**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/96-2/>. Acesso em: 15 out. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº54. O MST COMO FORÇA POLÍTICA**. 2021.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. **Psicologia e Sociedade**, vol. 19, 2007. 84-94p.

SILVA, Yan Victor Leal; NUNES, Warlen; THÉ, Ana Paula Glinfskoi. Marx e a questão ambiental: caminhos e fronteiras. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 13, n. 2, 2021. 420-439p.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2012.

THOMAZ, Fernanda. Reflexões acerca do trabalho coletivo. *In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ V Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, Niterói, 2009.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais (Faculdade de Educação), Belo Horizonte, 2016.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1979.

AUTORES

Yan Leal Da Silva

Pesquisador, bolsista FAPEMIG de doutorado pelo PPGDS/ Unimontes (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social). Mestre em Extensão rural (UFV). Biólogo, Licenciado em Ciências

AS METAMORFOSES DO MST

DA SILVA, Y. L.; THÉ, A. P. G.

CONFLUÊNCIAS | ISSN: 1678-7145 | E-ISSN: 2318-4558 | Niterói/RJ
v.24, n.3 agosto/dez de 2022 | pp. 184-202

Biológicas – UEMG – Unidade Ibirité. Membro do Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana.

E-mail: yanvicctor@gmail.com

Orcid: 0000-0002-5768-1287

Ana Paula Glinskoi Thé

Doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Montes Claros no Departamento de Biologia Geral. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da (PPGDS – UNIMONTES).

E-mail: anapgthe@gmail.com

Orcid: 0000-0003-0020-5930